

Senhoras e Senhores,

Basta ler alguns jornais internacionais e brasileiros para constatarmos a “crise do setor elétrico”. Evidentemente, o diagnóstico desta suposta desorganização não é consensual entre aqueles que veem o setor elétrico da perspectiva de um ambiente de negócios e de rendimentos, e aqueles que pagam por seus serviços, como consumidores.

A FIESP se orgulha da campanha Energia a Preço Justo que, vitoriosa, fez prevalecer a tese que o Brasil deveria expurgar do preço da energia o valor do investimento das hidroelétricas amortizadas. É o consumidor quem paga, via tarifa, pela construção dos empreendimentos de geração, transmissão e distribuição. E isto a população fez por décadas e décadas. E continua fazendo.

A campanha da FIESP propugnava pela estabilidade regulatória, estabelecida 20 anos antes, em 1995, quando da renovação das concessões vincendas a partir de 2015, e pelo cumprimento estrito da Lei geral de Licitações.

Esta oportunidade, única para um país, estabeleceu uma redução estrutural, quer dizer, permanente, nos preços correntes da energia elétrica do Brasil.

A FIESP tem amplo conhecimento das regras do setor elétrico. Os contratos para construção de ativos têm duração de 20, 30 até 35 anos. Estes contratos, todos de longo prazo, são indexados e seus valores são corrigidos todos os anos. Portanto, nunca confundimos a redução estrutural do preço da energia obtida pela campanha Energia a Preço Justo com congelamento de tarifas.

Se o Brasil não estivesse submetido a um estresse do regime hídrico desde o final de 2012, e se as hidroelétricas estivessem produzindo normalmente, ainda assim as tarifas das distribuidoras aos consumidores passariam por correções previstas em seus contratos. Isto é, a regra do sistema não permite nenhum tipo de congelamento de preços.

Entretanto, uma interveniência perversa confundiu a correta análise dos fatos. A crise hídrica provocou o acionamento da totalidade do parque gerador termoelétrico, que produz energia a valores até dez vezes mais caros que a média das hidroelétricas.

Percebam que as distribuidoras estavam recebendo do consumidor, em suas tarifas um preço mais próximo do valor de geração das hidroelétricas, mas passaram a fornecer ao mesmo consumidor energia das termoelétricas. Nem ao país, nem ao consumidor interessava a inviabilidade econômica das distribuidoras.

A regra seria o repasse extraordinário e imediato às tarifas. Por razões de ordem econômica, externas ao setor elétrico, a autoridade econômica do Governo Federal decidiu postergar o repasse do aumento de custos ao consumidor. Se certo ou errado, é juízo que diz respeito às convicções pessoais de cada um sobre os fundamentos da política econômica.

O quadro de escassez hídrica, e o conseqüente aumento do preço da energia, foi dramaticamente potencializado pela decisão da CESP, CEMIG e COPEL de não participarem do esforço para reduzir estruturalmente o preço da energia no Brasil, em clara política de privilegiar seus acionistas, em detrimento do interesse da população.

Não bastasse não renovarem suas concessões dentro dos parâmetros da MP 579, estas empresas se aproveitaram do quadro do aumento do preço da energia e alocaram mais de 2,5 mil megawatts médios no mercado de curto prazo, agravando o déficit de energia das distribuidoras, radicalizando a crise de preços de energia elétrica para toda a população.

O jornal A Folha de São Paulo informou, em 16 de maio de 2014, que apenas no primeiro trimestre deste ano, o lucro dessas três empresas dobrou, causando um custo adicional ao consumidor brasileiro de 1,25 bilhão de reais.

Importante é frisar que esta pressão de preços é conjuntural, ao contrário da redução de tarifas viabilizada pela MP 579. Em algum momento as chuvas retornarão ao seu padrão histórico e as hidroelétricas voltarão a produzir à plena carga, a preço muito inferior aos valores correntes da energia no Brasil. Também essas 3 empresas perderão, a partir do início de 2015, a concessão de suas usinas. Neste momento a festa vai acabar, então a tarifa vai baixar de novo.

É verdade que o preço do custo marginal de operação superou os 1.600 reais por megawatt-hora e o PLD atingiu seu teto de 822 reais por megawatt-hora.

Mas principalmente, é verdade que graças à coragem de quem levou adiante a Campanha Energia à Preço Justo, hoje no Brasil, o complexo

Paulo Afonso despacha energia a 6,81 reais o megawatt-hora, Xingó a 8,11 reais, Marimbondo a 8,93 reais, Furnas a 9,25 reais, Estreito a 9,47 reais, Luiz Gonzaga a 9,72 reais, para citar apenas algumas das maiores.

Jupiá, Ilha Solteira e Três Irmãos, esta já relicitada, em breve deixarão de vender energia a 800 reais e passarão a receber números abaixo dos 16 reais por megawatt-hora apurados no leilão de Três Irmãos.

Assim, o Brasil hoje paga caro por sua energia, mas um pouco menos caro do que se a Campanha Energia à Preço Justo não tivesse sido vitoriosa. Principalmente, deixamos de pagar um valor indevido nas tarifas.

Há algumas semanas, um grande jornal brasileiro produziu uma manchete que apontava prejuízo de 13 bilhões, em dois anos, da Eletrobrás. Esta manchete foi uma escolha editorial. Outro ponto de vista seria dizer que a perda contábil da Eletrobrás representou ganho de 13 bilhões para o consumidor brasileiro, em dois anos, apenas nessa empresa.

A Fiesp, mais uma vez, foi transparente. Em 2011, quando publicou seu posicionamento sobre o vencimento das concessões do setor elétrico, apontou que um trilhão de reais estava em jogo. Ou este dinheiro ficaria nas mãos de poucas empresas do setor elétrico, ou ficaria no bolso dos consumidores. Felizmente prevaleceu o interesse da população.

Nos últimos dois meses, a ANEEL começou a repassar às tarifas o aumento do custo da energia. Mais de 20 distribuidoras, de um total de 64, já receberam autorização para reajustes tarifários de, em média, 17%, o que minimizará, ou cessará, a necessidade de aportes do Tesouro no setor elétrico. Isto é, o tarifaço já começou.

O que todo brasileiro deveria saber é que pagamos entre 170 e 200 reais por megawatt-hora disponível das termoelétricas para elas ficarem paradas. Quando elas são acionadas adiciona-se ao preço o valor dos diferentes combustíveis por elas utilizados, tais como o carvão, gás natural, óleo combustível e diesel.

Nosso parque gerador de reserva, isto é, as termoelétricas, corresponde a pouco mais de um quarto do total do parque gerador. Ele poderia ser maior e corresponder a 100%, o que incorreria em significativo aumento de tarifas. Nossos automóveis têm quatro pneus, e os quatro podem furar ao mesmo tempo. Entretanto, nossos carros carregam apenas um estepe. É uma questão de custo.

Senhoras e Senhores,

O setor elétrico se caracteriza por um conjunto de empreendimentos que gera energia constantemente, dominado pela presença das hidroelétricas, e por um parque gerador que é acionado apenas em momentos de estresse hídrico, composto por termoelétricas.

O parque gerador brasileiro é ainda composto por usinas que geram energia elétrica a partir do bagaço de cana e outras biomassas, do vento e do urânio enriquecido.

O preço corrente de energia viabiliza, comercialmente, qualquer fonte geradora. E os diferentes lobbies para incluir essas fontes na base do sistema estão ativos. De qualquer forma, este é o momento apropriado para refletir sobre o futuro da matriz energética brasileira.

Para disponibilizar ferramenta confiável que permita direcionar a escolha de investimentos entre as diversas fontes de geração, a FIESP fez uso de abordagem internacionalmente reconhecida, porém ainda não utilizada aqui: o cálculo nivelado do custo da energia.

A metodologia para a estimação dos custos nivelados consiste na distribuição, ao longo da vida útil operacional de uma usina, do conjunto de custos que contribuem para seu funcionamento. A partir do cálculo do fluxo de caixa e da quantidade de energia produzida, calcula-se o custo da energia gerada.

A principal vantagem da aplicação desta metodologia é calcular a real competitividade por fonte de geração, pois permite ranquear custo de geração de diversas fontes analisadas.

Fonte Energética	Fator de Capacidade (%)	Custos de investimento (R\$/kW)	Custos O&M (R\$/MWh)	Custo de Combustível (R\$/MWh)
Hidroelétrica	55%	3000	18,7	0
PCH	52%	3800	22,6	0
Solar	28%	6500	18,1	0
Eólica	35%	3300	21,8	0
Térmica Carvão	70%	3600	46,1	54,9
Térmica Gás	65%	2800	21	113
Térmica Óleo	30%	2300	40,3	365
Biomassa	30%	2800	41,2	0
Nuclear	90%	5300	29,5	18

Os parâmetros técnicos utilizados foram: o fator de capacidade, isto é, a produção efetiva de energia em relação à sua capacidade instalada; o custo de investimento inicial; o custo de operação e manutenção; e o custo de combustível.

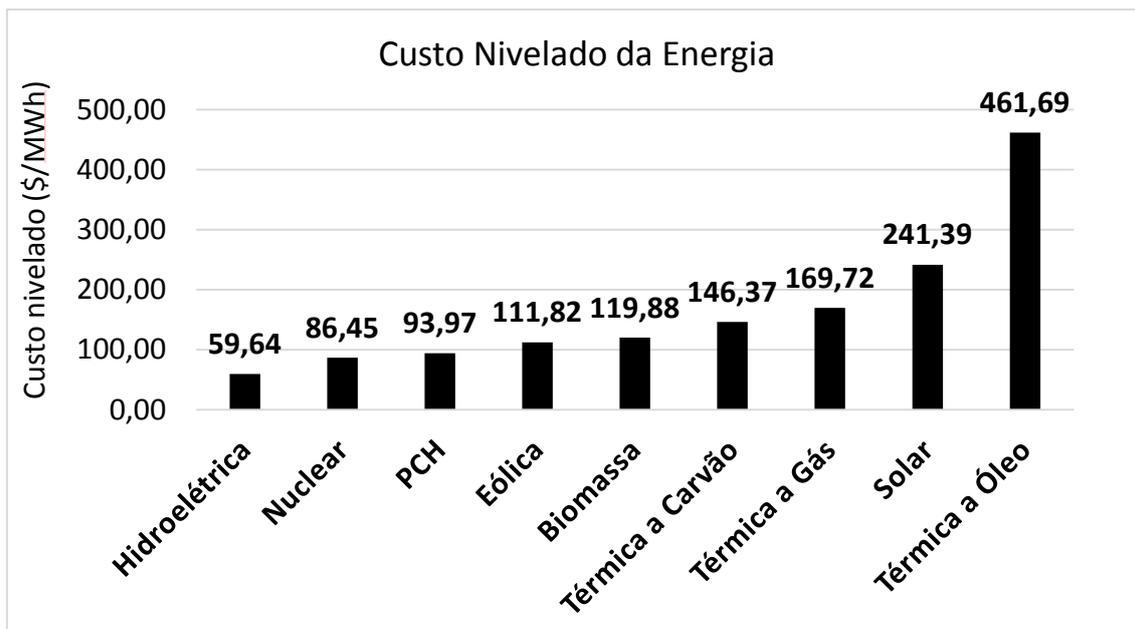
A partir dos custos ao longo da vida útil da usina e do tempo de amortização do investimento, calcula-se o fluxo de caixa.

O tempo de amortização utilizado para hidroelétricas e usinas nucleares foi de 30 anos e para as demais fontes de 15 anos. O tempo de vida útil para hidroelétricas foi de 60 anos, para usinas nucleares de 50 anos e para as demais usinas de 30 anos.

Taxa de Inflação (%)	4,0
Aumento dos custos de O&M (%)	1,0
Aumento dos custos de combustível (%)	1,0
TIR (%)	7,0
WACC (%)	7,0
Imposto de Renda e CSSL (%)	35,0

Para análise do valor futuro, considerou-se taxa de inflação de 4%, aumento dos custos de O&M e de combustível de 1% ao ano, taxa de retorno de 7%, custo médio de capital de 7% e impostos totais de 35%.

A partir do cálculo do fluxo de caixa e do montante de energia gerada ao longo da vida útil do empreendimento, calcula-se o custo nivelado por fonte.



Este gráfico atesta a clara vantagem da fonte hidroelétrica, no Brasil, sobre todas as outras fontes de geração, confirmando mais uma vez a posição da FIESP. A hidroelétrica é a fonte de energia que garante, e garantirá, predominantemente, suprimento de energia a baixo custo para o país.

Nossa matriz energética deverá ainda apoiar-se no amplo desenvolvimento de fontes competitivas, tais como a nuclear, as pequenas centrais hidroelétricas, a eólica e a biomassa.

Porém, não fizemos uso apenas de uma ferramenta para estimação do custo nivelado. Com o objetivo de determinar a fonte mais barata e também a mais limpa e que dá maior segurança ao sistema, a FIESP criou o Ranking das Fontes de Geração.

Para criação de um ranking que demonstre a competitividade real das fontes, desenvolveu-se uma metodologia de análise comparativa, baseada na Data Envelopment Analysis (DEA), desenvolvida por Edwardo L. Rhodes.

A DEA é uma técnica que permite analisar comparativamente variáveis independentes no que se refere ao seu desempenho operacional. Ela fornece medida para avaliar a eficiência relativa das unidades de tomada de decisão, neste caso, as fontes de geração de energia.

Para uso da metodologia faz-se necessário um conjunto de dados de entrada, ou seja, aqueles que influenciam no desempenho da fonte, e de um conjunto de dados de saída, aqueles que queremos comparar.

Para os dados de entrada consideramos o preço de instalação, os custos de O&M e combustível, o fator de capacidade, os impactos ambientais e sociais causados pela fonte e o índice de nacionalização da tecnologia.

Para a saída, ou seja, nossos parâmetros de análise, consideramos o preço da energia gerada, a partir dos preços de leilão e o custo variável unitário das usinas térmicas; as emissões de dióxido de carbono equivalente; a segurança que a fonte dá ao parque gerador quanto ao suprimento constante de energia, a partir do tempo de armazenamento do combustível; além do prazo de construção, fator importante na atual conjuntura brasileira.

Permitimo-nos construir dois cenários: o primeiro, com nossa visão sobre peso atribuído aos impactos sociais e ambientais dos diversos empreendimentos.

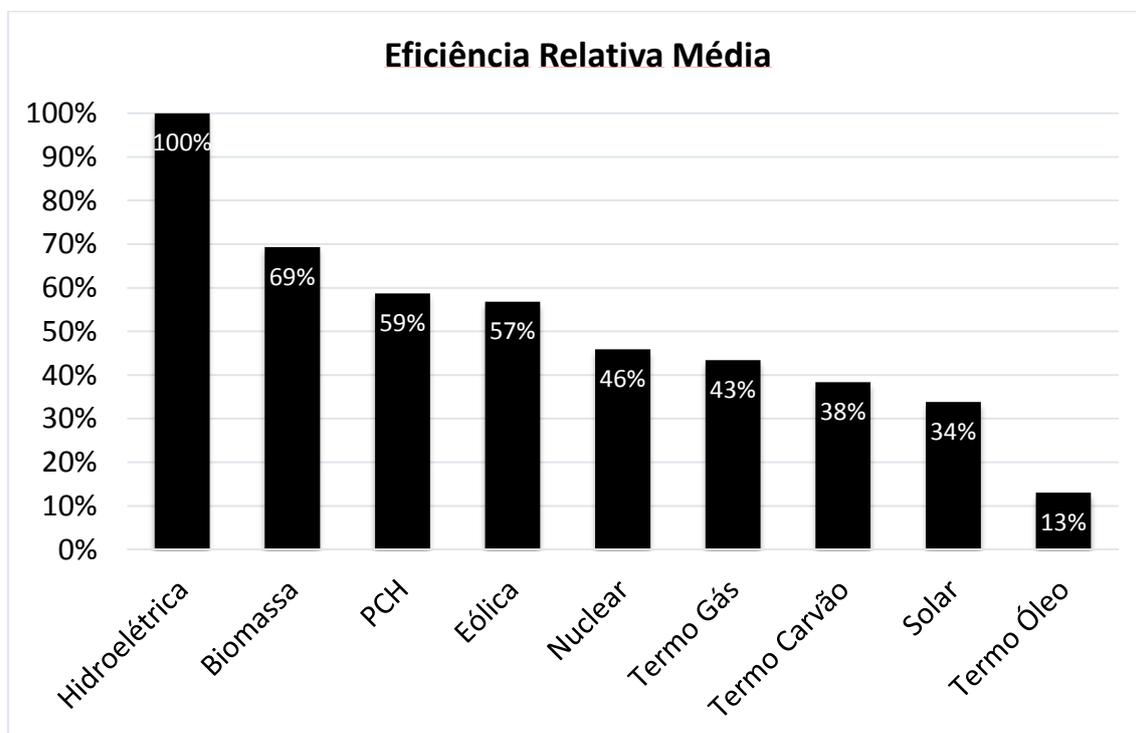
Nesse cenário, a FIESP optou por valorar, nas entradas do modelo, o impacto ambiental considerando, primordialmente, a emissão de CO2 equivalente, portanto a contribuição da utilização da fonte de energia no combate à mudança do clima. E quanto ao impacto social, valoramos a mudança do uso da terra e a emissão de agentes causadores de poluição do ar.

Fonte	Preço		Fator de Capacidade	Impactos Ambientais	Impactos Sociais	Índice de Nacionalização
	Instalação	O&M e Comb.				
	R\$/kW	R\$/MWh				
Hidroelétrica	3.000	19	55	1	2	100
PCH	3.800	23	52	1	1	100
Solar	6.500	25	35	2	3	25
Eólica	3.300	22	28	1	2	60
Termo Carvão	3.600	101	70	9	4	70
Termo Gás	2.800	134	65	7	4	70
Termo Óleo	2.300	405	30	10	5	70
Biomassa	2.800	41	30	3	4	85
Nuclear	5.300	47	90	1	2	50

A tabela a seguir, apresenta os valores de saída do modelo que são iguais para os dois cenários.

Fonte	Preço da Energia		Emissões	Segurança	Tempo de construção
	Preço Leilão	Preço Variável			
	R\$/MWh	R\$/MWh	kgCO2e/MWh	Meses	Meses
Hidroelétrica	119,3	0,1	15	6	50
PCH	157,62	0,1	15	1	30
Solar	260	0,1	85	0	30
Eólica	134,59	0,1	26	0	18
Termo Carvão	183,23	113,15	888	8	24
Termo Gás	172,37	271,8	499	8	30
Termo Óleo	189,29	670,9	733	2	24
Biomassa	178,18	0,1	45	5	18
Nuclear	156,79	20,78	29	11	60

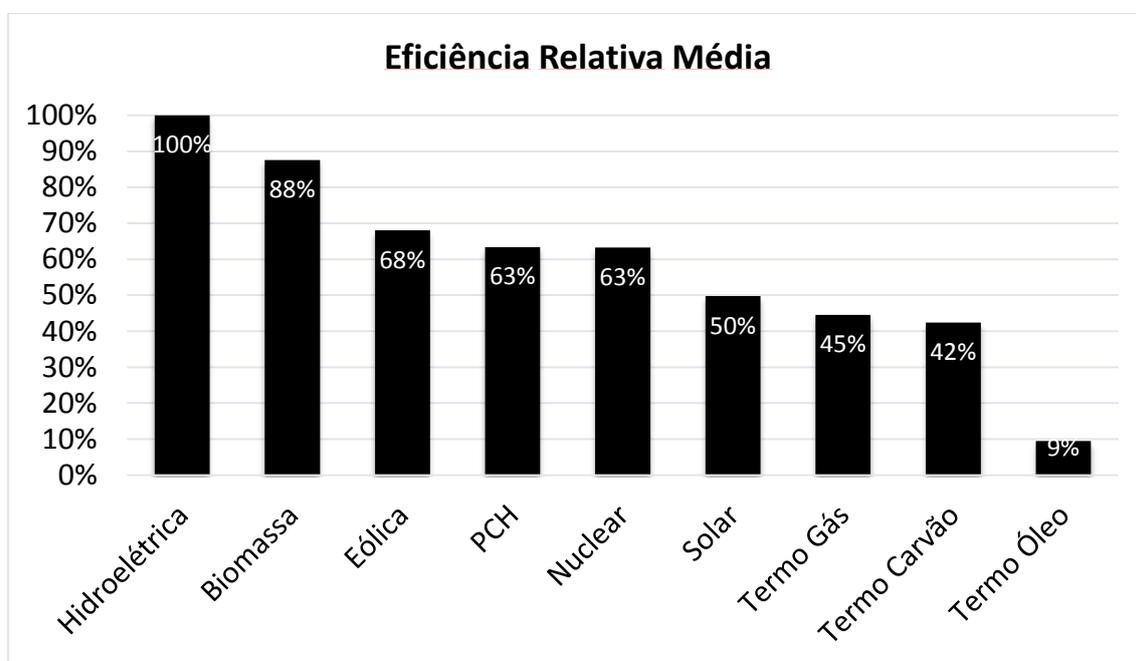
O próximo gráfico, ranqueia a eficiência relativa média das fontes de energia, que ratifica o resultado anteriormente demonstrado, por comprovar a superioridade em eficiência da hidroeletricidade, da biomassa, da eólica e da nuclear.



O cenário 2 altera os valores dos impactos ambientais e sociais, segundo a percepção de grupos ambientalistas quanto as fontes estudadas.

Fonte	Preço		Fator de Capacidade	Impactos Ambientais	Impactos Sociais	Índice de Nacionalização
	Instalação	O&M e Comb.				
	R\$/kW	R\$/MWh				
Hidroelétrica	3.000	18,69	55	6	10	100
PCH	3.800	22,55	52	3	5	100
Solar	6.500	25,21	35	1	1	25
Eólica	3.300	21,76	28	1	2	60
Termo Carvão	3.600	101,04	70	9	4	70
Termo Gás	2.800	133,84	65	7	4	70
Termo Óleo	2.300	404,93	30	10	5	70
Biomassa	2.800	41,21	30	3	4	85
Nuclear	5.300	47,47	90	3	2	50

Neste cenário, a hidroeletricidade e as usinas nucleares são penalizadas. Em contrapartida, a energia solar é considerada com maior generosidade. O resultado pouco se altera, a hidroeletricidade, a biomassa, a eólica e a nuclear despontam como as mais eficientes.



A FIESP está convencida dos vetores que devem nortear o planejamento da matriz elétrica brasileira. A hidroeletricidade, comprovadamente, é a fonte mais segura ao sistema, quando dotada de capacidade de

armazenamento; é a fonte mais competitiva para a sociedade brasileira e de maior eficiência relativa, mesmo quando a visão exagerada sobre o seu impacto ambiental e social prevalecem.

O Brasil tem uma responsabilidade com sua população e perante seu futuro. Para gerar mais 70 mil megawatts de energia segura, competitiva e de baixa emissão devemos considerar a mudança do uso do solo da bacia do rio Amazonas em apenas 0,2% de sua área, ou seja, ocupar com novos lagos 10,5 mil km<sup>2</sup>. Para termos de comparação, a área desmatada da Amazônia nos últimos 10 anos, para fins de exploração de madeira, foi de 117 mil km<sup>2</sup>.

Senhoras e Senhores,

A hegemonia da Petrobras nas atividades de exploração e produção, no transporte, e sua participação acionária em 21 das 27 concessionárias de distribuição caracteriza seu efetivo monopólio, no Brasil, sobre o gás natural. E o que é pior, este monopólio não é regulado.

Por muitos anos, o planejamento estratégico do setor de gás natural foi dependente do programa de investimento da própria Petrobras. A Lei do Gás, de 2009, que almejava mudar esta situação, criou a obrigatoriedade da publicação do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário (PEMAT). Somente em 2013, 4 anos depois, esse relatório foi divulgado pela EPE e seu conteúdo frustrou as expectativas do mercado, ao prever a concessão de pífos 11 km de gasodutos.

Com relação à oferta de gás natural, não há política para o suprimento da indústria. A Petrobras prioriza a disponibilidade para a geração térmica e nenhuma autoridade pública intervém na formação de seu plano de negócios.

Em relação à política de fixação de preços, a empresa tem liberdade e autonomia de órgão regulador. O Brasil está submetido à uma precificação do gás natural que nos coloca em desvantagem competitiva com a maior parte do mundo. É certo que a política do gás caro agrada os acionistas da Petrobras e analistas de mercado em proporção inversa à da contenção do preço da gasolina e do diesel.

Para a geração de energia nas usinas térmicas, o preço do gás é de US\$ 4,60/milhão de BTU. A Petrobras importa GNL, seu custo final ultrapassa os US\$ 19/milhão de BTU, mas ela o vende pelo valor estipulado para a geração térmica.

A população do Brasil não tem a menor ideia o quanto a Petrobras cobra pelo gás natural para consumo próprio, nas suas plantas de refino e de produção de fertilizantes.

Para as distribuidoras, o gás de origem nacional tem preço de lista de US\$ 12/milhão de BTU, mas ela pratica descontos da ordem de 30%, reduzindo o preço praticado para US\$ 8/milhão de BTU, em clara política de favorecimento das distribuidoras nas quais ela tem participação ou controle acionário.

Para São Paulo (e estados da região Sul) a Petrobras precifica o gás de acordo com o contrato firmado com a Bolívia, sujeito a flutuações do preço internacional do petróleo e do câmbio. Desde 2012, o preço está na casa de US\$ 10/milhão de BTU ou 25% mais caro que o gás natural de origem nacional.

A política de diversos preços para o mesmo combustível vale apenas para o gás natural. É caso único no país, já que ninguém paga preços diferentes, por exemplo, para a gasolina ou o diesel, sejam eles de origem nacional ou importada.

Mas a Petrobras vai além. Mesmo o gás importado da Bolívia não respeita, para algumas distribuidoras de outros estados, o sistema de reajuste de preços do contrato internacional. Hoje, para distribuidoras selecionadas, sempre com participação acionária da estatal, ela pratica descontos significativos, igualando o preço do gás boliviano mais caro, ao preço praticado para o gás nacional. As poucas premiadas, com preços cheios, sem descontos, são as maiores distribuidoras do país que atuam no Estado de São Paulo.

A Fiesp está pressionando o Governo Federal para que esta política absurda, que prejudica São Paulo, seja revertida. Além disto, a Fiesp tem apontado para a necessidade de assumirmos uma de duas alternativas: enquanto a Petrobras continuar a ser detentora do monopólio de toda a cadeia do gás natural será preciso dar transparência a sua política de fixação de preços, que devem ser regulados por agência independente, a ANP.

Mas se o Brasil quiser competitividade, devemos desverticalizar a cadeia do gás natural e limitar o papel da Petrobras apenas à sua produção, permitindo a atuação de empresas privadas no transporte e distribuição, submetidas a amplo regime de concorrência, segregando a operação da rede, por concessão, da comercialização do produto, aberta aos diversos agentes. Esta política permitirá aos demais produtores de gás natural acesso ao mercado, terminando por balizar, via leis de mercado, o preço praticado pela Petrobras.

Senhoras e senhores,

Está na TV uma campanha da Sabesp que exalta o espírito de solidariedade, a resiliência e a competência dos paulistas. Agradecemos ao governo do estado de São Paulo pela informação.

O estresse hídrico por que passa o Brasil é conhecido desde o fim de 2012 e ele se reflete no setor elétrico. São Paulo atravessa a maior escassez de chuvas de sua história, desde que as medições da pluviometria começaram a ser registradas. Segundo cálculos do governo do estado este fenômeno deverá repetir-se apenas daqui a 3.378 anos. Agradecemos também ao governo do estado por mais esta informação relevante.

O Sistema Cantareira secou, e expôs inutilmente, a uma crise de abastecimento de água, 9 milhões de paulistas que residem na grande São Paulo e mais 5 milhões da região de Campinas.

Desta vez, São Pedro, o guardião das portas do céu, aparentemente foi cruel com os pecados dos paulistas, e nos puniu severamente. Entretanto, uma análise um pouco mais acurada dos números comprova que o Santo, além de cruel, foi também tolo.

A região metropolitana de São Paulo é abastecida de água por 8 sistemas de produção: o já conhecido Cantareira, o Alto e Baixo Tietê, o Rio Claro, o Alto e Baixo Cotia, Guarapiranga e o Rio Grande, na Billings. A medição de quatro dias atrás, em 15 de maio de 2014, revela que o Sistema Cantareira atingiu 8,2% de sua capacidade. Este é o lado cruel de São Pedro.

Mas a medição do mesmo dia revela que o sistema do Alto e Baixo Tietê estava um pouco melhor, com mais de 33% de sua capacidade. O Alto e Baixo Cotia estava melhor ainda, com mais de 47%. Já Guarapiranga estava com quase 75%, e o Rio Grande na Billings com quase 94%.

Finalmente, o sistema Rio Claro, com 99,3% de água estava quase transbordando. Graças a Deus salvamo-nos da ira de São Pedro em 7 dos 8 sistemas que abastecem de água a grande São Paulo.

Como estes sistemas estão relativamente equidistantes do epicentro da praça da Sé, a escassez de chuva que secou o Cantareira é contraditória a abundância de água dos outros sistemas. E isso só explica pela tolice do Santo que foi ineficiente em espalhar a seca, ou pela graça de Deus.

O Sistema Alto e Baixo Cotia e o Sistema Rio Claro são pequenos e produzem pouco mais de 6 m<sup>3</sup>/s. Em tamanho, a seguir, vem o Sistema Guarapiranga que produz 14 m<sup>3</sup>/s. Quase o dobro, em volume, vem a seguir o Sistema Alto e Baixo Tietê, que produz 13,6 m<sup>3</sup>/s. E maior que o Cantareira, em volume, vem o Rio Grande-Billings que produz apenas 5m<sup>3</sup>/s. Estes 7 sistemas respondem pelo abastecimento de 57% da população da Região Metropolitana de São Paulo.

Se a teoria da ira de São Pedro e da graça Divina não convencer você, é preciso analisar as escolhas do governo de São Paulo na gestão da Sabesp para tentar entender o fenômeno.

A zona de abastecimento do Cantareira confronta com a do Guarapiranga ao sul e com a do Alto Tietê a oeste. A intersecção dos sistemas permite alternar o fornecimento em diminutos territórios. Fora estas exceções, os sistemas de abastecimento de água dos 33 municípios da Região Metropolitana de São Paulo são isolados. Isto quer dizer que a crise de um sistema não poderá ser compensada por outro.

No setor elétrico, em 2001 e 2002, o racionamento foi decretado por uma situação muito parecida: o excesso de energia produzida na região sul não podia colaborar na mitigação da escassez de energia no sudeste e no nordeste. Faltava a interligação do sistema. Por isso o Brasil conectou suas redes de transmissão num sistema único interligado.

No caso de São Paulo, a capacidade de produzir água para abastecer a população corre atrás do aumento de consumo. Não há folga no sistema. Na ocorrência de escassez prolongada de chuvas, o abastecimento entra em colapso.

Já o sistema elétrico, dependente da mesma chuva, criou um sistema de reserva. São as termoelétricas, que ficam paradas e são acionadas no momento de escassez hídrica.

Não faltou tarifa para a Sabesp investir em segurança hídrica. Nos últimos 10 anos o valor corrigido do lucro líquido da empresa foi 15 bilhões de reais, valor mais que suficiente para a empresa preparar-se para a contingência de quando faltasse chuva.

A tarifa da Sabesp, paga pelo consumidor, garantiu à empresa retorno de quase 16% sobre seu faturamento. Percentual alto para uma empresa concessionária, que opera num regime de monopólio regulado, prestadora de serviço público essencial à vida.

Mas muito ao contrário, a Sabesp priorizou seu investimento em abastecimento de água e coleta de esgoto, onde roda o relógio, e ela envia uma conta mensal ao consumidor.

Apesar de não se preocupar com a segurança hídrica da população, a Sabesp tratou, generosamente, seus acionistas: o próprio governo de São Paulo, detentor de 50% do capital, o investidor da Bovespa, que possui 25%, e os investidores da bolsa de Nova Iorque, donos dos demais 25%. Empresa de capital aberto, que dá lucro, deve distribuir o mínimo de 25% na forma de dividendos a seus acionistas. Empresa que dá muito lucro pode aumentar esse percentual. Nos últimos 10 anos, a média de distribuição de dividendos da Sabesp foi de 31%. Em 2011, a tarifa do consumidor permitiu à Sabesp distribuir um pico de 47,3% de dividendos aos seus acionistas.

A Sabesp, ao contrário, deveria ter planejado e investido em 3 campos de ação.

A empresa deve diminuir sua dependência do sistema Cantareira e a exposição de milhões de cidadãos às suas oscilações. Para isso deve buscar novas fontes de captação, criar soluções para a interligação dos diversos sistemas e construir sistemas de reserva.

O índice de perdas da Sabesp é um dos mais altos do mundo. A empresa perde no cano furado quase 1 bilhão de litros por ano. Isto é mais que todo o volume do sistema Cantareira. Isto equivale a esvaziar a represa de Guarapiranga a cada 2 meses ou 6 vezes por ano. A vida útil de uma rede de abastecimento de água, segundo o padrão internacional, é 10 anos. A Sabesp não tem sequer conhecimento do traçado de sua rede subterrânea de distribuição. Ela precisa investir no mapeamento. E a seguir, fazer a manutenção da rede.

Há muita reserva de água nos rios e nas represas da Grande São Paulo que não podem ser captados pela poluição das águas. O governo de São Paulo precisa investir na despoluição de rios e represas. A Sabesp recebe tarifa para coletar e tratar 100% do esgoto captado. Entretanto, boa parte deste esgoto é dispensado no ambiente sem nenhum tipo de tratamento. A Sabesp promete tratar o esgoto e para isso recebe tarifa do consumidor. Ao contrário, é de longe uma das maiores agressoras dos mananciais de São Paulo.

Senhoras e Senhores,

Ano passado, a FIESP apresentou o IDT - Índice Comparado de Desempenho da Infraestrutura de Transportes, que analisa 18 indicadores, de oferta, de intensidade de uso, de qualidade e de custo. Este índice baseia sua metodologia em comparar os benchmarks internacionais com o resultado verificado nas 50 regiões metropolitanas do país. O Brasil, com índice 34%, tem apenas um terço do desempenho da infraestrutura que deveria disponibilizar à sua atividade econômica e à sua população.

Temos um longo caminho a percorrer. Estamos muito atrasados.

A FIESP sempre defendeu que o papel do Estado na infraestrutura é o de, predominantemente, planejar, regular e fiscalizar. Investimento e gestão dos ativos de infraestrutura, sempre que possível, devem ser o espaço do setor privado.

O governo federal deu sinais de ter adotado esta tese. A criação da Empresa de Planejamento e Logística, o protagonismo das agências reguladoras, as diversas mudanças nos marcos regulatórios, dos portos, das rodovias, das ferrovias e dos aeroportos, combinados com o anúncio do Programa de Investimento em Logística, baseado em concessões e parcerias público-privadas, vão nesta direção.

No modal rodoviário, o programa prevê, inicialmente, a duplicação de 7 mil km de vias, sendo que cinco lotes, totalizando 3.342 km, já foram concedidos ao setor privado.

Alguns dos maiores aeroportos brasileiros, Guarulhos, Viracopos, Brasília, Confins e Galeão já estão sob a gestão de concessionários privados. Guarulhos e Brasília construíram, em curto espaço de tempo, novos terminais. A FIESP mantém sua ressalva quanto a cobrança da outorga onerosa que prevaleceu na concessão dos aeroportos, ao contrário da modelagem de concessão, de todos os outros modais nos quais prevaleceu o critério da menor tarifa.

O governo arrecadará em outorga destes cinco aeroportos a considerável cifra de mais de 50 bilhões de reais, que deveriam ser destinados ao Plano de Aviação Regional, ainda inexistente. Conforme o alerta da Fiesp, a única destinação concreta deste montante foi a apropriação de um e meio bilhão de reais, pelo Tesouro, para a geração de superávit primário. Não fossem apropriados pelo Estado, estes 50 bilhões de reais poderiam acelerar o cronograma de investimentos, reduzir tarifas e proporcionar conforto a população

O PIL também prevê a construção de 11 mil km de novas ferrovias, por meio de parcerias público-privadas. Ao setor privado caberá a construção dos novos trechos. O governo comprará a capacidade de carga, para garantir a viabilidade do investimento e a revenderá, aos usuários do setor privado, interessados em utilizar a ferrovia. Desta forma, fica garantido o livre acesso e o fim do monopólio de uso.

A promessa é conceder ao setor privado a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO), que liga Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, à Campinorte, em Goiás, ainda neste ano. Esta ferrovia é de fundamental importância para o escoamento da nossa produção agrícola.

Há que se ressaltar a aprovação da nova Lei dos Portos, após intensa batalha no Congresso, e que contou com forte apoio da FIESP.

A medida facilitou a instalação de terminais portuários privados fora dos portos organizados, ao eliminar a anacrônica exigência de carga própria. Desde a aprovação da nova lei, dezenas de autorizações já foram expedidas pela ANTAQ.

Nos portos públicos, terminais com contratos vencidos devem ser relicitados. Os novos contratos deverão privilegiar a modicidade tarifária e/ou maior movimentação de carga, pondo fim ao pagamento de outorga. Terminais nos portos de Santos e do Pará serão os primeiros leiloados neste novo modelo.

Ao todo, o PIL prevê mais de R\$ 200 bilhões em investimentos que contribuirão para reduzir a defasagem de desempenho existente na infraestrutura de transportes do país.

Infelizmente, o mesmo não se observa no estado de São Paulo. Os trechos oeste e o sul do Rodoanel foram construídos como obras públicas. O governo Serra avançou no modelo para a construção do trecho leste, concedendo-o à iniciativa privada, em conjunto com a operação do trecho sul.

O atual governo retrocedeu, ao optar por construir o trecho norte do rodoanel como obra pública.

A duplicação do trecho de planalto da Rodovia dos Tamoios também foi realizada como obra pública e entregue, inacabada, aos usuários no início deste ano. Sem sinalização e muretas de proteção, um veículo caía em uma ribanceira, ao mesmo tempo em que o Governador inaugurava a obra.

Senhoras e Senhores,

A imagem de São Paulo é a da locomotiva do Brasil. O estado sempre foi considerado como o número 1 pelo tamanho da sua economia, o número 1 pela dimensão da sua indústria, o número 1 em infraestrutura e o número 1 em qualidade de estradas.

Em 2013 a FIESP em parceria com o ILOS, instituto especializado em logística e *supply chain*, realizou um diagnóstico do sistema de transportes no estado de São Paulo.

O estudo comparou a infraestrutura de transportes do estado com 7 regiões de 5 países, todas elas semelhantes a São Paulo, seja pelo PIB, pela população ou pela área. São elas: Nordrhein-Westfalen na Alemanha, Rhône-Alpes na França, Catalunha na Espanha, Califórnia, Nova Iorque e Illinois nos Estados Unidos e Leste da China.

São Paulo tem 200 mil km de rodovias. Parte delas são os modernos eixos que ligam a capital ao interior, a capital ao Vale do Paraíba e a capital à Baixada Santista. No Brasil, apenas 14% das rodovias são asfaltadas. Os brasileiros, e grande parte dos paulistas, acham que este percentual, em São Paulo, é muito maior. A percepção geral é que 60 a 70% das estradas paulistas são asfaltadas. Pois é, apenas 17% das rodovias do estado são asfaltadas. Os 83% restantes estão no mesmo estado de quando o Padre Anchieta circulava por elas.

São apenas 28.600 km de asfalto sobre estradas, e apenas 7.700 km de pista dupla, incluindo neste número 2.500 km de pontes, viadutos e trevos. Nos últimos 9 anos, foram pavimentados 2.800 km de rodovias, em uma média de 309 km por ano. Nesta velocidade, São Paulo alcançará o benchmark internacional de 100% de pavimentação de rodovias, em 325 anos, em 2340, bem antes da próxima seca do Cantareira.

Nos últimos 5 anos, duplicamos 478 km de rodovias, em uma média de 96 km por ano. Considerando que temos apenas 5 mil km de rodovias de pista dupla, isto é, 3% do total, se quisermos expandir a duplicação para 20% do total, ou 35 mil km, na velocidade atual, demoraríamos 364 anos. Se nossa meta for um pouquinho mais ousada, para chegarmos a 25% das rodovias do estado com pista dupla, cerca de 45 mil km, atingiremos o objetivo no ano de 2483.

O quadro atual disponibiliza a cada habitante do estado 5 metros de estrada, pouco mais de meio metro de rodovia asfaltada, e 18 cm de rodovias com pista dupla.

O Brasil tem menos de 3 km de ferrovias por mil km quadrados. No estado de São Paulo este número é de 14 km por mil km quadrados. Se desejarmos a mesma densidade do estado de Nova Iorque precisamos triplicar nosso número ou quase sextuplicá-lo para alcançarmos o estado de Illinois.

A densidade de ferrovias para carga e passageiros de São Paulo é idêntica ao Leste da China, ou seja, 20 km por mil km quadrados. Interessante notar que a China construiu sua malha nos últimos 10 anos. São Paulo construiu sua malha há mais de 30 anos, e nos últimos 10 anos, ao contrário de ampliá-la, apenas desativou ferrovias.

Temos um dos maiores e mais importantes portos do hemisfério sul, o Porto de Santos. Em 2013, sua movimentação foi superior a 100 milhões de toneladas. Entretanto, o porto está abarrotado. O uso excessivo de sua capacidade é responsável por um cenário de alta ineficiência e, por consequência, de aumento nos custos.

O Porto de São Sebastião não apresenta possibilidade de expansão significativa. Precisamos de um novo porto no estado. Mas até agora sequer consideramos seriamente esta possibilidade.

Também não fomos capazes de construir uma solução para o acesso a Santos, de longe o maior gargalo do porto hoje. A última grande obra viária do estado em relação ao porto foi o novo trecho da Rodovia dos Imigrantes. Desde 2002 apenas obras paliativas foram realizadas, como a duplicação de parte da Rodovia Cônego Domênico Rangoni e o anel viário de Cubatão. Tais obras são insuficientes. Já passou da hora de discutirmos a construção de novas rotas entre a capital e Baixada Santista.

No modal aéreo, a disponibilidade de serviços chega a ser 6 vezes menor que os benchmarks e o tempo de liberação de cargas é 33 vezes maior que o tempo médio dos principais aeroportos de carga do mundo.

Nossos aeroportos regionais estão congestionados. O aeroporto de Ribeirão Preto, com capacidade para 480 mil passageiros por ano, movimentou, em 2013, mais de um milhão de passageiros, com a mesma infraestrutura. Não fomos capazes de pensar estrategicamente em um novo polo aeroportuário regional, seja em Ribeirão Preto, São José do Rio Preto ou Bauru. É preciso descentralizar o tráfego aéreo no estado, ainda bastante concentrado na região metropolitana da capital. O caso do aeroporto de Viracopos, com movimentação crescente, é um exemplo a ser seguido.

São Paulo está muito atrás dos benchmarks em mobilidade urbana, principalmente no que diz respeito à malha de metrô e trem existentes em termos de capilaridade e abrangência geográfica da oferta de serviços.

Em 1992, a CPTM assumiu as linhas da CBTU e da FEPASA e, desde então, adequou linhas e construiu algumas estações. Não construiu nenhum quilômetro de linha nova.

O Metrô de SP começou a ser construído em 1968, há 46 anos. Tem 5 linhas, com 74 km de extensão e 64 estações. A velocidade de expansão do Metrô de SP, desde sua inauguração, é de 1,91 km por ano.

Juntos, Metrô e CPTM possuem 11 linhas, 334 km e 154 estações.

Xangai começou a construir seu sistema ferroviário urbano em 1993, há 21 anos. Possui 14 linhas, com 538 km de extensão e 329 estações. Sua velocidade de expansão é de 27 km por ano.

O Metrô de Paris é de 1900. Junto com o RER, possui 19 linhas, 814 km de extensão e 542 estações.

O metrô de São Paulo precisa ser ampliado. Além de diminuto em relação à área da cidade e sua população, tem apresentado panes frequentes. Isso acontece pela depreciação da tecnologia e dos equipamentos. Em horários de pico, trens e plataformas superlotados ampliam os riscos aos usuários.

Atualmente, estão contratadas ou em construção as linhas Amarela, Lilás, Prata e Ouro, em um total de 68,3 km e 58 estações. As linhas Bronze, Laranja e a extensão da Linha Verde, com 43 km e 41 estações, são meros projetos. Estes 111,3 km se forem construídos em velocidade histórica levarão 58,3 anos. Se forem construídos em ritmo chinês, levarão 4 anos.

Senhoras e senhores,

No que diz respeito ao Setor de Telecomunicações, o trinômio acesso-preço-qualidade é essencial para se alcançar o objetivo reconhecido pelas Nações Unidas como fundamental: a inclusão digital.

Um indivíduo excluído digitalmente, também é excluído socialmente. Numa época em que a imprensa, as empresas e os governos migram informações e serviços para os meios eletrônicos, quem não tem acesso digital, tem dificuldade de conhecer e de exercer seus direitos de cidadão.

No Brasil constatamos um enorme interesse da população pelas tecnologias de informação e comunicação. Isso se evidencia por meio dos seguintes dados:

No final do ano passado tínhamos 1,32 celular por habitante no Brasil, dados do primeiro trimestre desse ano apontam que esse número já aumentou para 1,35, o que representa quase 10 milhões de celulares adquiridos entre março de 2013 e março de 2014.

O número de conexões em banda larga fixa teve adição líquida de 288 mil

acessos apenas nos dois primeiros meses desse ano, terminando o mês de fevereiro de 2014 com cerca de 23 milhões de acessos.

Apesar das dificuldades de acesso à internet, muitas vezes enfrentadas pela população, por questões de infraestrutura inapropriada e preço, nosso país está na terceira posição em acesso ao Facebook.

O crescente interesse da população brasileira em se comunicar em redes sociais, dinamizar processos do setor privado e permitir acesso a novos conhecimentos, deve estar, necessariamente, atrelada à consolidação e à estruturação de políticas públicas.

Para avançarmos na telefonia móvel é fundamental o debate com relação ao vindouro leilão da faixa dos 700MHz.

Como se sabe, o leilão é fundamental para melhorar o tráfego de dados na rede móvel, ampliar a infraestrutura de 4G no país, possibilitando aumentar a qualidade dos serviços prestados pelas operadoras.

No entanto, a proposta de edital colocada em consulta pública, em 2 de maio pela ANATEL, aponta para um leilão oneroso e arrecadatário - diferente do prometido ano passado pelo Ministro das Comunicações, durante o 5º Encontro de Telecomunicações da FIESP, onde se havia apontado o modelo correto: trocar o ágio por contrapartidas e investimentos das operadoras.

Nesse novo cenário, para permitir uma adequada utilização do espectro do 700MHz, por parte da telefonia móvel, e garantir um serviço de boa qualidade à população, há que se definir um cronograma de obrigações para as operadoras, bem como viabilizar a migração da TV analógica para digital em todo o país.

Ainda no quesito da infraestrutura necessária, atualmente cada município pode criar sua própria legislação sobre instalação de antenas, o que gera insegurança jurídica e barreiras para obter licenças.

No que diz respeito à internet, o Brasil mostrou liderança ao se discutir sua governança global. O Marco Civil da Internet consolida direitos, deveres e princípios para a utilização e o desenvolvimento da internet no Brasil.

Um dos grandes avanços foi a discussão sobre a neutralidade da rede, ao se garantir que não haja interferência no conteúdo e que não exista

discriminação entre origem e destino.

No entanto, muito há de se fazer para que o Brasil se torne referência no que diz respeito ao acesso e à qualidade da internet fornecida a seus usuários.

A disseminação dos serviços de telecomunicações é essencial para o desenvolvimento de toda a sociedade. Porém, em regiões afastadas dos grandes centros, esta ainda não é uma realidade e expõe um ambiente carente de infraestrutura.

O acesso à internet nas regiões norte e nordeste do país ainda é considerado baixo e ineficiente. As redes das operadoras chegam às maiores cidades dessas regiões e, mesmo assim, usuários de localidades afastadas sofrem com esta deficiência e muitas vezes nem conseguem acessar a rede.

Provedores de internet dessas regiões têm buscado atuar de forma independente e estão implantando sua própria rede.

Casos interessantes têm ocorrido no sertão, onde um provedor resolveu levar internet a lugares inóspitos, de difícil acesso, no lombo de jegues, onde as torres são transportadas em partes, na tentativa de vencer os obstáculos.

Lançado em 2010, o Programa Nacional de Banda Larga pretendia garantir a população de baixa renda acesso à banda larga fixa, com taxa de um mega. O Programa não apresentou os resultados esperados. O número de pessoas que efetivamente terá acesso ao Programa não corresponderá à meta de 40 milhões de brasileiros, até o fim de 2014, em 4.278 municípios de todos os estados.

Com relação à qualidade, o país está em 84º lugar no ranking de velocidade da Akamai, com 2,7 Mega por segundo, ficando atrás de países como Cazaquistão, Iraque, da nossa vizinha Argentina, e com praticamente um décimo da velocidade da Coreia do Sul.

Em 2013 as empresas de Telecom lideraram o ranking de reclamações no Procon-SP, com mais de 75 mil registros.

Para agravar esta situação, o Brasil está entre as nações com maior preço de internet no mundo.

Milhões de brasileiros têm problemas com a internet. Quem aqui nunca ficou frustrado ao tentar abrir um site, carregar uma foto ou baixar um programa e não conseguiu?

O pior é que muitas vezes pagamos caro por um serviço e não recebemos o que foi contratado junto a nossa prestadora.

Vale lembrar que o aumento na velocidade da internet banda larga fixa é fundamental para o desenvolvimento da indústria brasileira. Para os fabricantes do setor, o necessário investimento em infraestrutura é traduzido em maior volume de negócios e geração de emprego; para as prestadoras de serviço, abrem-se novos mercados e; para a indústria em geral, ganha-se em agilidade na realização dos negócios, no atendimento das obrigações tributárias e no desenvolvimento de novos produtos e serviços já inseridos em uma nova realidade tecnológica.

Por este motivo, a FIESP junto com seu parceiro tecnológico Nic.br sentiram a necessidade de desenvolver um aplicativo de fácil manuseio – O Monitor Banda Larga, para auxiliar a população brasileira a verificar a qualidade da sua internet.

O Nic.br, Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, é o braço executivo do Comitê Gestor da Internet no Brasil, responsável por coordenar e integrar as iniciativas e serviços da internet no país.

Quero registrar aqui, o nosso agradecimento ao empenho de toda a equipe do Nic.br e do DEINFRA, que trabalharam duro para que esse Projeto fosse adiante.

A confiabilidade do software foi atestado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), que realizou a análise tecnológica do Monitor Banda Larga, com o objetivo de verificar as características técnicas do produto, atestando a conformidade de leitura dos parâmetros de qualidade de acesso à Internet, previstos na Resolução 574 da ANATEL.

Existem muitos softwares que medem a qualidade, aí incluída a velocidade, da sua internet. A Fiesp partiu do software anteriormente criado pelo Nic.br, o mais confiável no meio, utilizado pelo Inmetro.

Ocorre que o consumidor não tem a disponibilidade para realizar medições todos os dias, no período de maior tráfego, quando este acessar a internet e, armazenar sistematicamente os dados verificados.

O que desenvolvemos foi uma ferramenta para disciplinar as medições de forma automática, sem a interferência do consumidor, para gerar um relatório de avaliação mensal que permitirá confrontar o estipulado no contrato com sua prestadora e o efetivo recebimento do serviço contratado.

Segundo a ANATEL, sua velocidade instantânea, ou seja, medida naquele instante que você faz o teste, deve atingir no mínimo 30% da velocidade contratada em 95% das medições. Em uma média mensal, essa velocidade não pode ser inferior a 70% do que você contratou.

Embora a velocidade seja destaque na compra e venda de serviços, ela não é o único fator importante para verificar a qualidade da sua conexão.

Os dados que você envia e recebe pela internet, em vez de trafegar em grandes blocos, são divididos em partes menores, chamados de pacotes. Caso a rede de sua prestadora de serviços esteja sobrecarregada ou com problemas de infraestrutura, a qualidade de sua conexão fica prejudicada. Com isso, esses pacotes podem sofrer atrasos ou se perderem.

A ANATEL também estabelece parâmetros para esse fator. Ou seja, a perda de pacotes deve ser de no máximo 2% em no mínimo 90% das medições.

O tráfego dos pacotes ainda é medido pelos termos técnicos de **latência** e **jitter**, que indicam o atraso e a variação desse atraso na transmissão dos pacotes. Para esses casos, a ANATEL estabelece o máximo de 80 milissegundos de latência e 50 milissegundos de jitter em 90% das medições.

E o que faz o Monitor Banda Larga? Nosso aplicativo traduz todos esses termos técnicos e avalia, de maneira rápida, automática e objetiva, se sua internet está de acordo com aquilo que foi contratado e com os padrões estabelecidos pela ANATEL.

O aplicativo é gratuito para toda população brasileira e pode ser baixado por meio do site: [monitorbandalarga.com.br](http://monitorbandalarga.com.br).

Ao fazer o download do aplicativo, você informará a velocidade contratada com sua prestadora e será configurada uma medição padrão, que fará um teste em seu computador diariamente a cada 6 horas.

Ele ainda fará uma medição instantânea para que você verifique como

está sua conexão naquele momento, oferecendo um resultado simples, que lhe indicará se sua banda larga fixa está, ou não, de acordo com os padrões da ANATEL para: ligações com voz, vídeo conferência ou jogos online, por exemplo.

Você ainda poderá escolher por receber um relatório mais detalhado, que mostrará todos aqueles padrões de perda de pacotes, jitter, latência e ainda escolher o período que você deseja visualizar esses resultados: por dia, semana, mês ou de acordo com sua preferência.

Outra grande novidade que a FIESP traz para os consumidores de internet banda larga fixa que utilizam rede Wi-fi, é a análise por meio do Monitor Banda Larga, do melhor canal para utilização. O Monitor Banda Larga indica o canal menos congestionado, com o objetivo de melhorar a qualidade da sua conexão.

O site do Monitor Banda Larga oferece ainda um espaço exclusivo para esclarecer dúvidas e auxiliar o usuário na utilização do software.

Os consumidores brasileiros até agora se sentiam impotentes em relação a informações sobre o que realmente estavam comprando e recebendo de sua prestadora de internet. Por meio dessa ferramenta, que o Presidente Paulo Skaf inaugurará a seguir, todo consumidor brasileiro poderá melhorar o diálogo com sua prestadora e, caso necessário, apresentar queixas a ANATEL ou entrar com ações individuais junto a órgãos de defesa do consumidor.

Senhoras e senhores,

Infraestrutura, *latu sensu*, é o conjunto de elementos fundamentais para o setor produtivo e para a população. Ou seja, a infraestrutura, *per se*, não é a atividade fim. Ela é o meio que provê a estrutura necessária ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar da sociedade.

A Lei das Concessões, em seu Artigo 6º, define a prestação de serviço adequado, como aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade tarifária.

O modelo é impecável, mas, na prática, o que ocorre hoje é bem diferente.

A boa infraestrutura, ao fim e ao cabo, é aquela que, quando ligamos algo na tomada, funciona. Abrimos a torneira e a água flui. Num trajeto de 15 minutos, chegamos ao destino. Ao nos conectarmos na internet, já estamos navegando. E não carregamos no preço dos produtos e serviços o custo da ineficiência do transporte. Ou seja, ela está disponível de maneira confiável e a preço justo.

Um dos maiores desafios para o desenvolvimento do Brasil é a implementação coordenada entre as diversas agendas setoriais.

A água que movimenta as turbinas é a mesma que gera energia, abastece as famílias, irriga plantações e forma as hidrovias.

O que o Brasil produz precisa ser escoado por rodovias e ferrovias, que também servem de passagem para a população, comportam a fiação elétrica, cabos telefônicos e adutoras.

Não dá mais para analisar isoladamente algo que funciona de forma transversal. Hoje, a falta de um planejamento integrado dificulta o diagnóstico de ações prioritárias, o que prejudica a alocação eficiente de recursos.

O planejamento integrado entre os diversos setores da infraestrutura pode proporcionar aos investidores menor risco, aumento da segurança sistêmica e promoção de economias de escala. Para a população, os benefícios são evidentes: melhor qualidade de vida, eficiência nos serviços e modicidade tarifária.

Pensando nisso, a FIESP e o Sistema FIRJAN, reuniram seus principais eventos de infraestrutura em um único espaço de discussão – o LETS, que combina o nosso 9º Encontro de Logística e Transporte, o 15º de Energia, o 6º de Telecomunicações e o 4º de Saneamento Básico.

Durante os 4 dias de evento serão discutidos não só temas específicos de cada setor, mas prioritariamente a relação entre eles.

Desejo a todos um excelente evento.

Muito obrigado!

